



O PRAZER DE LER E CONHECER O PASSADO: CONVERSA COM MARY DEL PRIORE¹

THE PLEASURE TO READ AND KNOW THE PAST: CONVERSATION WITH MARY DEL PRIORE

Maria Betânia B. Albuquerque
Universidade do Estado do Pará - UEPA

Resumo

Em 24.05.17 a historiadora Mary Del Priore proferiu a Conferência intitulada *Importância da história e o prazer de ler e conhecer o passado* por ocasião do VII Seminário do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA) realizado no Auditório do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará (UEPA), em Belém. Em um diálogo aberto com professores, alunos da graduação e da pós-graduação e pessoas diversas, Mary Del Priore encantou os presentes ao falar livremente sobre temas, fontes, arquivos e histórias que merecem ser exploradas no estudo histórico da educação brasileira. Ao realizar um passeio pelos diversos períodos dessa história apontou, em cada um deles, possíveis fontes e objetos de estudos que, a seu ver, precisam ser enfrentados pelos educadores. A entrevista abaixo retoma e amplia um pouco do que foi discutido na Conferência, motivo pelo qual constitui um convite aos pesquisadores interessados na história da educação brasileira e amazônica, em particular no que se refere às diversas formas de aprendizagens não necessariamente de natureza escolar.

Palavras-Chave: História. Educação. Brasil. Fontes.

Abstract

On May 24, 2017, the historian Mary Del Priore gave the Conference entitled *Importance of history and the pleasure of reading and knowing the past by the people*, of the VII Seminary of the Research Group History of Education in the Amazon (GHEDA). It was held in the Auditorium of the Center of Social Sciences at the State University of Pará (UEPA) in Belém. In an open book with professors, undergraduate and graduate students and diverse people, Mary Del Priore delighted who was present in there talking freely about topics, sources, archives and stories that deserve to be explored in the historical study of Brazilian education. When making a trip through different times, she pointed, in each of them, possible sources and objects of studies that, according to her, need to be faced by teachers. The interview takes up and expands some of what was discussed at the Conference, which constitutes an invitation to the researchers interested in the history of Brazilian and Amazonian education, particularly, which refers to the various forms of learning not related to school.

Keywords: History. Education. Brazil. Sources.

¹ A efetivação desta entrevista contou com a contribuição de Josebel Akel Fares, Marcio Barradas Sousa e Jane Elisa Buecke.



I Introdução

Em 24.05.17 a historiadora Mary Del Priore proferiu a Conferência intitulada *Importância da história e o prazer de ler e conhecer o passado* por ocasião do VII Seminário do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA) realizado no Auditório do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará (UEPA), em Belém.

Num diálogo aberto com professores, alunos da graduação e da pós-graduação e pessoas diversas, Mary Del Priore falou sobre fontes, arquivos e histórias que podem ser exploradas no estudo da história da educação brasileira e na Amazônia, em particular.

Inicialmente, referindo-se ao Período Colonial, ressaltou as **cartas jesuíticas** e a integração cultural ocorrida entre as crianças portuguesas e nativas no início da colonização. Como estratégia de aproximação e conquista dos índios, foram trazidas para o Brasil crianças portuguesas órfãs que aqui aprendiam facilmente a língua dos nativos colaborando, assim, para a atração destas crianças para os aldeamentos missionários.

Nesses aldeamentos, os indiozinhos eram muito importantes pois além de serem alvos da catequização dos jesuítas, realizavam todo tipo de tarefa para os padres, como caça, pesca, trabalhos agrícolas, etc. Ressaltou a introdução do castigo físico como forma educativa que perdurou por longos anos na história da educação brasileira. Na concepção dos jesuítas, a correção física era uma forma de demonstração de amor. Mary observou os poucos estudos sobre a história da adolescência, uma faixa etária abordada nas Cartas, mas que não tem sido analisada nem por historiadores, nem por educadores. Nos relatos dos padres, é possível perceber que, ao chegarem na puberdade, os índios se juntavam aos meninos portugueses e fugiam dos aldeamentos a fim de voltarem às suas origens.



Outras fontes citadas foram os documentos referentes às aulas régias impostas pelo Marquês de Pombal no século XVIII. Nos **arquivos eclesiásticos** é possível encontrar muitas informações sobre o padre-mestre (que ia ensinar nas grandes fazendas/engenhos). Estes padres produziram cartilhas ainda existentes e aguardando serem analisadas uma vez que, por meio da análise de seus hábitos e atividades nas fazendas, é possível adentrar no cotidiano das casas-grandes.

Mary destacou ainda a importância dos **diários** como fontes. Embora a educação formal não fosse acessível às mulheres, nos diários (editados recentemente) deixados por muitas delas, é possível perceber a cozinha como local de aprendizado tanto para as filhas da casa quanto para as escravas. A dona da casa era quem ensinava a ler, ensinava as orações, contava as lendas e histórias de cordel. Mesmo que não fosse alfabetizada, repetia oralmente o que sabia cumprindo, assim, o papel de transmissora de conhecimentos.

Outra história a ser estudada é a dos professores que davam as aulas régias, que não eram, necessariamente, padres. Tais professores ficavam, por vezes, anos sem receber salário, sendo muitas vezes pagos com mantimentos. Nos **documentos da cúria metropolitana** é possível conhecer os percalços que estes indivíduos enfrentavam para ensinar às crianças no Período Colonial até a República Velha.

Segundo Mary, o século XIX é extremamente fértil em relação à documentação disponível. Nos jornais da época podem ser encontrados anúncios de contratação de professores e oferecimento de serviços. Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, muitos estrangeiros se instalaram por aqui e começam a oferecer serviços educacionais de todo tipo: aula de dança, de francês, etiqueta, etc. A realidade escravagista desse século também passou por mudanças trazidas pela urbanização. Além disso, muitos escravos já estavam forros e se tornaram donos de tendas, pequenos

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



comércios cujas descrições estão contidas nos **diários de viajantes**. Começa, então, a surgir escolas para aprendizagens práticas ligadas à costura, chapelaria, bordado, etc.

Outros saberes não escolares estão presentes também no meio rural onde as crianças aprendiam com seus pais o plantio, o abate, os cuidados com as águas, a relação entre plantios e ciclos das luas... Nos documentos que relatam a vida rural é possível perceber a relação de aprendizagem existente entre adultos e crianças em que o saber fazer é repassado para estas últimas. Nos **inventários e testamentos** dos grandes proprietários de escravos, se encontram registros de crianças escravas as quais, por volta dos 7 ou 8 anos, já iniciavam algum aprendizado visando o trabalho nas fazendas. Aí se começa a desenhar a separação educacional entre ensino profissionalizante para as crianças pobres (aprendizagem de um ofício) e educação erudita para os filhos dos barões do café (com professores de línguas, balé, música...). As crianças pobres estão presentes também nas indústrias surgidas no final do século XIX, principalmente nas de tecelagem. Nos **jornais** da época há registros de acidentes de trabalho causados pelo excesso de horas trabalhadas ou porque a criança fugia para brincar e se acidentava nesse momento.

O estudo de alguns personagens complexos como Dom Pedro I contribui para entender a mentalidade do século XIX. Ao mesmo tempo que era um marido ruim foi um pai muito carinhoso. Isto pode ser percebido nas **correspondências** dele com seus filhos disponíveis no museu de Petrópolis. Neste museu, afirma Mary, há vastíssima documentação para o estudo das mentalidades e de outros personagens como a princesa Isabel, por exemplo.

Durante o século XIX é possível perceber, também, o letramento das mulheres. Havia muitas mulheres jornalistas, articulistas, poetisas... Havia muitos jornais dirigidos pelas mulheres, especialmente, no final do século XIX. Pouco se sabe como essas mulheres começaram a ler ou tiveram acesso aos livros visto que a escolarização era exclusivamente masculina.



Para contar a história republicana, já entrando no século XX, Del Priore ressaltou a **literatura**, principalmente o trabalho dos **memorialistas**. Nesse material é possível identificar como ocorria a educação para além das informações oficiais. Entre os memorialistas destacou Osvaldo Orico, Zélia Gatai, José Lins do Rego, Gilson Amado que informam, em suas obras, o papel da mãe como educadora, a presença de professores negros nas escolas da época e o magistério como forma de ascensão social.

A presença de Mary Del Priore no Seminário do GHEDA instigou-nos o desejo de mergulhar ainda mais na história da educação na Amazônia, incitando-nos a enfrentar a diversidade de temas que estão por ser pesquisados. O aprendizado suscitado pela sua conferência, aliado ao contato carinhoso e amigo partilhado em poucos dias de convivência em Belém, tocou-nos fundo imprimindo um desejo de “quero mais”. E foi assim, no intento de prolongar esse encontro, que resolvemos ampliar a conversa com a historiadora por meio desta breve entrevista que ora compartilhamos com o leitor.

1.2 Entrevista com Mary Del Priore

Maria Betânia (MB). **Você poderia nos contar sobre sua formação acadêmica e, em particular, como e quando surgiu seu interesse pela história?**

Mary (M). Minha paixão por história nasceu de leituras precoces. Sempre li muito e cresci em casa com grande biblioteca. Era menina solitária e me refugiava nos livros. Entre eles, lia livros sobre expedições, viagens ao Oriente e África, colonizadores, missionários e etc... Viajei muito em época que brasileiros viajavam pouco. O contato com culturas diferentes, suas artes e museus também incentivou a paixão pelo passado. Por razões familiares, vou à França desde muito pequenina. Conheço bem o país, a língua e a cultura que sempre me influenciou. Fui educada num colégio de freiras e fiz o primeiro ano de faculdade de história numa universidade de freiras, também. Para meus pais, era impensável que eu estudasse em ambiente que não fosse religioso. Abandonei o curso no



primeiro ano, para me casar. Tive três filhos e só aí, mulher feita, pude voltar a estudar. Fiz a PUC/SP onde, do início ao fim do curso, só estudávamos história numa abordagem marxista. Achava tais leituras e aulas muito limitadas. Com um pequeno grupo de amigos, começamos a ler Gilberto Freyre. Fomos alvo de patrulhamento ideológico. As críticas mais me aproximaram da história da cultura e da antropologia. Fiz pós na USP, onde encontrei professores abertos às tendências da História das Mentalidades, já em curso. Sou sincera admiradora dos historiadores franceses e da revolução metodológica que fizeram e continuam fazendo. Na Escola de Altos Estudos aproximei-me muito de Jean-Louis Flandrin que acompanhei até sua morte. Também de Serge Gruzinski, meu amigo pessoal e fraterno e de Roger Chartier de quem traduzi o primeiro livro publicado no Brasil.

MB. Considerando as diversas correntes historiográficas ou as diversas linhas de pensamento da história, como você situa sua produção escrita?

M. Procurei uma trajetória diferente. Sempre quis que meus trabalhos ajudassem a divulgar os conhecimentos históricos. Que fossem úteis à democratização da disciplina. A historiografia brasileira é muito produtiva e ombreia com aquela produzida em grandes centros acadêmicos internacionais. O problema é que ela é incompreensível para a maior parte do público leitor. É preciso entender que na conjuntura em que vivemos – um país lutando para redimir a dívida social – é preciso produzir para além dos leitores acadêmicos. É preciso atender ao maior número, fazendo uma história para as massas. Penso que esta tendência irá se acentuar, empurrando a universidade para uma função paralela. Ela deixará de ser o centro da ortodoxia cultural, como foi durante décadas. A demanda por produtos culturais de história exercerá cada vez maior pressão. Ficará claro que a história como disciplina não será mais reservada a um meio. Ela não pertencerá exclusivamente aos especialistas. Ela não será mais estável e definida por um código

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



aceito por todos. Ela não poderá ser a linguagem que só alguns falam mas, cada vez mais, ela deve significar uma maneira de “aprender a aprender”.

O problema que desejei enfrentar é: em que medida a produção acadêmica vem atingindo e transformando os conhecimentos que temos sobre história? Os livros escritos em forma de tese traduzem para o grande público as informações que ele precisa? A resposta é: não! Desconheço resultados concretos no ensino médio, por exemplo. Todos sabemos que o resultado do ENEM é péssimo e que o ensino público decaiu. De que forma o conhecimento histórico, produzido na universidade, está chegando aos bancos da escola ainda é uma incógnita. Penso que o interesse em história, de maneira geral, vem aumentando, não em função do esforço realizado em centros de pesquisa consagrados, mas, paradoxalmente, graças a outros produtos culturais como revistas, novelas, filmes e reportagens sobre fatos ou personagens de nosso passado. A comemoração de efemérides, como a da transmigração da família real, por exemplo, suscitou matérias na imprensa e na mídia, multiplicando interessados por nosso passado.

O resultado concreto da convergência entre a produção acadêmica e a não acadêmica, ainda está por ser consolidada. O fato é que a história escolar continua sendo feita sobre velhas fórmulas. A renovação historiográfica, feita dentro da universidade, pouco lhe atinge. Alguns reagirão dizendo que a história feita dentro da universidade nada tem a ver com os bancos escolares; que a pesquisa de ponta não pode ser engessada pela função social de atingir o Primeiro e segundo Grau. O problema é que a história detém um saber sobre a sociedade. Se ela abandona temas centrais que dizem respeito à totalidade da história do país em detrimento de pesquisas demasiadamente particulares, ela deixa de lado a tarefa de fazer o aluno se tornar parte da vida social, privando-o de utensílios intelectuais necessários para fazê-lo adotar uma posição independente e para compreender a sociedade da qual faz parte como cidadão. O problema da educação formal



será, cedo ou tarde, equacionado e os historiadores têm dito pouco sobre como participar desta transformação.

Recentemente, a historiadora Argentina Beatriz Sarlo sublinhou que os historiadores têm tido dificuldades de escrever uma história que seja “ativa na esfera pública”. “As pessoas – ela explica – precisam dar sentido ao passado e se a história acadêmica não lhes proporciona isso, elas recorrem à história feita por jornalistas, a narrações maniqueístas onde toda a sua complexidade desaparece. O desafio é atender ao método e à esfera pública ao mesmo tempo”. E adverte, “o pior que pode acontecer aos historiadores acadêmicos é encerrar-se num invejoso ressentimento quanto ao êxito de formas populares de história. A esfera pública necessita de intelectuais capazes de estabelecer uma relação cultural com a sociedade em que vivem”.

Seria fácil se enrolar na toga professoral e proclamar, com o nariz torcido, que só as publicações acadêmicas são válidas, tratando com desprezo o jornalismo e a literatura histórica. Penso que isto seria inútil e arbitrário. Inútil, porque nas sociedades democráticas não é mais apanágio do historiador acadêmico. A opinião pública tem muito a dizer sobre o assunto e as negociações com a disciplina sofrerão, doravante, uma negociação permanente. Vários movimentos contraditórios caracterizam este momento de evolução, sem referência a nenhuma lei dominante. Vivemos sob a égide do elogio à diversidade cultural e dentro da disciplina, da pluralidade de abordagens e maneiras de fazer. Não há o que temer. É preciso arriscar-se na complexidade, sem o risco de perder-se. E foi essa a minha opção...

MB. Você é autora de diversos livros. Entre eles tem algum que você mais gosta? Por quê?

M. Gosto sempre do que estou escrevendo. É o caso da tetralogia sobre Histórias da gente Brasileira. Neles, nada quero explicar, quero descrever. Desejo levar o leitor a

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



compreender o "como" aconteceu. Não o "porque" aconteceu. Quero contar como viviam, se alimentavam, trabalhavam, criavam, inventavam, burlavam, amavam e traíam nossos antepassados. E como se trata de uma tetralogia, - Colônia, Império, República Velha e Nova, - mostrar como regularidades e fenômenos repetitivos, variaram ou evoluíram através dos tempos. Nesses volumes procuro pensar como o caráter e a identidade nacionais começaram a ser moldados já no Brasil-Colônia. Que traços sociais e culturais presentes na sociedade daquela época persistiram como tipicamente brasileiros. Se entendermos "ser brasileiro" um indivíduo capaz de múltiplas sinergias culturais, resiliência às dificuldades, criatividade para buscar soluções de inserção num meio desconhecido, isso foi o Brasil dos primórdios. Pois o período de colonização foi marcado pela luta entre problemas e soluções. Os volumes tratam disso: dar visibilidade aos nossos antepassados através do seu cotidiano. E não de conceitos ou teorias sobre identidade, palavra, aliás, que não existia na época. Existia, sim, um sentimento de pertença: a um Rei, a uma Fé, a um lugar de origem que podia ser um vilarejo português, uma nação africana, um porto na Europa do Norte. A Terra de Santa Cruz foi o lugar do encontro de gente vinda de muitas direções além de Portugal: franceses, holandeses espanhóis, iorubás, fulas, mandingas ou tapas, marujos "chins" a bordo dos navios que faziam comércio com as Índias, "peruleiros" brancos, mulatos e negros, vindos da Bacia do Prata, e, os habitantes originais, ou seja, tupís e guaranis. Globalização precoce? Certamente. E um fervilhamento de línguas, de saberes, de experiências que permitiu a instalação de gente da mais variada origem, e a conseqüente exploração da terra. O livro trata, também, do que movia essas pessoas: medos, ambições, paixões. Hoje ou ontem, no cenário histórico, sempre haverá indivíduos de destaque - e a volta das biografias, abandonadas pelos historiadores e feitas, na maior parte das vezes por bons jornalistas - recupera suas histórias. Mas preferi me deter em indivíduos anônimos ou pouco conhecidos - e dou vários exemplos no livro - que mudaram suas vidas e histórias. Um exemplo



impressionante foi o do escravo Manuel Dias de Oliveira. Originário de Santana do Macacu, Rio de Janeiro, em 1763, fixou-se muito jovem na capital, onde praticava como ourives. Impressionado com tanto talento, seu senhor o enviou para estudar no Porto. Morrendo seu benfeitor, se transferiu para Lisboa e se matriculou na Real Casa Pia que funcionava no Castelo de São Jorge. Seu sucesso foi tão grande que foi escolhido para, juntamente com o já célebre Domingos Antônio de Sequeira, ir cursar a Academia de São Lucas de Roma. Lá, se tornou assistente de Pompeo Battoni, retratista da nobreza e precursor do neoclassicismo na pintura. Quando Napoleão invadiu os estados pontifícios, Manuel refugiou-se em Gênova, de onde retornou a Portugal depois de uma ausência de dez anos. Em 1800, foi nomeado professor régio de uma aula de Desenho e Figura, criada no Rio de Janeiro, época em que retornou ao Brasil. Em Portugal, Manuel era conhecido como “o Brasiliense”. Aqui, se tornou “o Romano”.

MB. Como a literatura pode configurar-se como fonte para a história da educação? Você poderia citar experiências nesta área?

M. Inicialmente, como texto em si. Afinal, “A história é filha da narrativa” dizia o conhecido historiador francês François Furet. O historiador tem que ter a fibra do escritor. É preciso saber contar, fazer reviver os personagens, descrever as paisagens, expor uma intriga, escrever com gosto, mostrar mais do que demonstrar. ...É isto que dá a história seus atrativos. Grandes historiadores como o medievalista Georges Duby, por exemplo, costumavam dizer que a história escrita tanto está destinada a divertir quanto a instruir. Aliás, os dois objetivos não se excluem. A seguir, é preciso juntar história e literatura na ficção, no romance histórico ou no livro de divulgação. Diferentemente da Europa que viu o mercado de livros de divulgação “bombar” no século XIX, quando quiosques vendiam nas estações de trem grandes autores que escreviam para o grande público, nossa história é outra. Só recentemente vimos ampliar o mercado editor e o



número de leitores. Lembro, porém, que temos exemplos ilustrativos deste casamento: José de Alencar sediou vários dos seus romances na história, como por exemplo, "As minas de ouro", um sucesso em sua época. José Lins do Rego ao escrever "Menino de Engenho" recuperou a decadência da açucarcocracia nordestina. "Verdade Tropical" de Caetano Veloso é um retrato dos anos de chumbo e anos de ouro, no Brasil do século XX. Enfim, a união entre história e literatura ajuda a conhecer raízes, a consolidar identidades em textos onde se aprende, sorrindo.

MB. Como podemos flagrar processos educativos ocorridos no Brasil colônia, em particular na Amazônia colonial?

M. Através da pesquisa de todo o tipo de assunto ligado direta ou indiretamente ao tema da Educação. A pesquisa é um excelente instrumento de melhoria das condições de aprendizado, pois ela promove a inteligência do aluno. Recortar um tema ou questionamento, levando o aluno sozinho, a buscar respostas, deixando-o propor soluções é fundamental para que ele desenvolva suas competências. O diálogo com o professor pode ser acionado para julgar a validade de suas respostas e se possível, verificá-las. Não se trata de fazê-lo descobrir todas aquelas possíveis, mas de convidá-lo a emitir perguntas e respostas.

MB. Aos alunos que pretendem enveredar pela pesquisa histórica, como é o caso dos alunos do grupo de História da Educação na Amazônia (GHEDA), o que você recomendaria como fundamental nesse caminho?

M. Diria: tenham coragem e paixão, pois não é fácil. O maior problema da disciplina é fazermos história num país sem memória. Uma insidiosa política de esquecimento se abate sobre a sociedade brasileira. Caberia bem certa definição de Paul Ricoeur, quando diz que "como os velhos, temos muitas lembranças e má memória". Num processo permanente de amnésia temos esquecido os objetos e lugares de memórias de

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



nossos avós, ajudando a sepultar um patrimônio que desaparece sem deixar pistas. Impotentes e nostálgicos, esquecemos as paisagens geográficas, humanas e culturais, que se apagam graças às penadas dos políticos que deveriam, eles, estar nos mausoléus. Esquecemos os problemas nacionais – os mártires da violência urbana ou os escândalos impunes. Poderíamos dizer, parafraseando um ex-presidente da república que “nunca dantes” se esqueceu tanto neste país! Não seremos jamais o que fomos, pois não sabemos conservar o que somos.

Nosso patrimônio histórico não tem verbas para sua salvaguarda; as comunidades não vêem seu passado material ou imaterial como prioridade; nas escolas, faltam políticas de educação patrimonial que consolidem um modelo de cidadania cultural; o Terceiro Setor que vem se batendo pela cuidado dos bens culturais, mas, mais importante, pela consolidação de estratégias que permitam às instituições e comunidades envolvidas com o cuidado destes bens, desenvolver programas auto-sustentáveis, são ignorados pelas autoridades e pela própria sociedade. Nossos arquivos privados estão desaparecendo e muitos, municipais e estaduais, são pilhados ou abandonados pela falta de interesse em mantê-los. O descaso pela memória cria um problema para a disciplina histórica e os historiadores. Se a memória é, em última instância, a derradeira garantia de que alguma coisa aconteceu é preciso ser vigilante, pois a nossa está sofrendo negligências, abusos e fraudes. Junte-se a isto um certo estilhaçamento da disciplina histórica – disciplina, sublinhe-se, que tem por encargo construir a memória. Tal estilhaçamento pode ter nascido de sua riqueza ou de sua vontade de abordar todos os domínios; todos os objetos históricos. Da sexualidade ao esporte, do imaginário à paisagem, etc. Historiadores têm fornecido análises muito finas, inovadoras em muitos casos, mas que fazem perder de vista o conjunto global do desenvolvimento das sociedades. Isto nos conduz a duplo luto. Luto porque os historiadores passaram a não acreditar mais nas grandes sínteses. As sínteses aparecem, hoje, como ilusórios ou impossíveis. Daí o crescimento de abordagens

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



que privilegiam as representações, a micro-história, as tensões a partir de um objeto particular cujo sentido pertence a um pequeno grupo.

A outra razão de tristeza diz respeito à função social de uma história que renunciou a encarar os problemas do ensino, transformando-o numa produção sem encanto. Tudo indica uma extraordinária degradação dos programas de história nas escolas, sem que seja dado um grito de alarme e resistência. Tais alunos seguem para os cursos de Humanas caminhando na direção de um futuro sem futuro. Sua empregabilidade é baixa. Sua cidadania econômica, pior ainda. E eu não tenho ouvido manifestações de grandes e renomados historiadores, em passado recente ou agora, em defesa da escola e nela, do ensino de história. O fato é que a história escolar continua sendo feita sobre velhas fórmulas. A renovação historiográfica dentro da universidade, pouco lhe atinge. Alguns reagirão dizendo que a história feita dentro da universidade nada tem a ver com os bancos escolares; que a pesquisa de ponta não pode ser engessada pela função social de atingir o Primeiro e segundo Grau. O problema é que a história detém um saber sobre a sociedade. Se ela abandona temas centrais que dizem respeito à totalidade da história do país em detrimento de pesquisas demasiadamente particulares, ela deixa de lado a tarefa de fazer o aluno se tornar parte da vida social, privando-o de utensílios intelectuais necessários para fazê-lo adotar uma posição independente e para compreender a sociedade da qual faz parte como cidadão. O problema da educação formal será, cedo ou tarde, equacionado e os historiadores têm dito pouco sobre como participar desta transformação.

As faculdades de história, por sua vez, não pensam um currículo capaz de inserir o aluno no mundo profissional. O inferno – o Ensino Fundamental – ou o céu – o Universitário, parecem ser as únicas escolhas. É lamentável, pois o historiador pode estar presente em vários outros espaços: nos meios de comunicação, nos museus, nos arquivos, produzindo conteúdos para as redes de Internet, trabalhando com Turismo Cultural. É



preciso pensar uma grade mais dinâmica, identificada com as reais possibilidades de inserção de tantos jovens, ao invés de cuspir anualmente milhares de formandos despreparados para o exercício pleno da profissão de historiador. Na pós-graduação predominam os historiadores monotemáticos, pois os trabalhos pontuais e sem erudição não dão tempo ao pesquisador de amadurecer intelectualmente. A maioria só conhece o pequeno recorte sobre o qual braceja desde a graduação.

Considerações Finais

Na conclusão de sua conferência Mary Del Priore questionou a importância da educação visto que, para muitos, a escola é um lugar de sofrimento. Ressaltou a falta de valorização do ensino e da escola em nossa sociedade, bem como o estado crítico de uma história que parece ter abdicado de enfrentar os problemas do ensino que se tornou desencantado aos alunos. Desse modo, indagou sobre o que, efetivamente, temos feito para mudar a realidade da escola brasileira e, em particular, do ensino de história.

No seu entendimento a história como disciplina não deve ser destinada exclusivamente aos especialistas, tampouco ser feita considerando “velhas fórmulas”. Em vista disso sugere que a renovação historiográfica feita dentro da universidade possa atingir a educação escolar a partir de um ensino de fato atrativo aos alunos.

Sua fala nos induz à reflexão sobre a excessiva especialização nas diversas áreas do conhecimento e a falta de integração entre elas, além de reforçar a necessidade de quebrar essas “caixinhas”, a fim de adentarmos na complexidade do mundo em que vivemos.

A entrevista de Mary Del Priore é, assim, um convite a um mergulho nas fontes, nos arquivos e temas que aguardam para serem investigados, bem como à paixão pelo trabalho do historiador. Ao aproximar literatura e história, evoca a importância de saber contar, dá vida aos personagens, escrever com gosto, aproximando o leitor do cotidiano



e da vida não apenas de pessoas ilustres mas das massas anônimas e desconhecidas, com suas paixões, medos, visões de mundo.

Instiga-nos, sobretudo, a mantermos aceso o fogo da memória num país que teima em esquecer o que não deve ser esquecido, ao tempo em que resvala para o limbo da história temas centrais de nossa cultura, da educação de ontem e de hoje, bem como a multiplicidade de sujeitos, muitos anônimos, que fizeram e fazem acontecer nossa própria história.

Referências para ler Mary Del Priore

DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998. 450p.

_____. **Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 168p.

_____. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. 678p.

_____. **O Príncipe Maldito: traição e loucura na família imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. 296p.

_____. **Condessa de Barral: a paixão do Imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. 264p.

_____. **Ao Sul do Corpo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. 304p.

_____. **Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011. 256p.

_____. **A Carne e o Sangue**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012. 272p.

_____. **O Castelo de Papel**. Rio de Janeiro: Rocco, 2013. 320p.

_____. **Histórias e Conversas de Mulher**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013. 312 p.

_____. **Histórias da Gente Brasileira: Vol 1, Colônia**. São Paulo: Leya, 2016, 432p.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Sobre a autora

Maria Betânia B. Albuquerque

Dr^a em Educação pela PUC/SP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA); Vice-Coordenadora do Grupo de História da Educação na Amazônia (GHEDA). mbetaniaalbuquerque@uol.com.br

Recebido em: 09/03/2017

Aceito para publicação: 20/03/2017